

Armando Castro

AS DIFICULDADES DA PASSAGEM AO SOCIALISMO NO SISTEMA-ECONOMICO-SOCIAL PORTUGUES

Observar e interpretar as dificuldades que a passagem ao socialismo suscita na sociedade portuguesa não constituirá certamente algo de inédito e de surpreendente; é que efectivamente a própria existencia da problemática de transição implica em qualquer caso concreto uma profunda crise estrutural colocando na ordem do dia essa transformação. Antes de existir essa crise não existem objectivamente semelhantes problemas pela razão singela de que na imediatidade tal passagem ao novo modo de produção não passaria duma utopia, mesmo que a objectividade da situação permitisse encará-la algo mais do que uma utopia “messiânica”, admitindo-a mesmo como uma “utopia do possível”...

É por isso que o tempo histórico da transição não é o mesmo para cada povo, ao mesmo tempo que o estudo atento de cada caso oferece um interesse geral, desde que se tenham em conta, a par das leis mais gerais comuns a todas as sociedades, os aspectos particulares de cada sistema económico-social que se projectam tanto nas maneiras como as leis gerais da passagem dum modo de produção a outro se objectivam como ainda nas condições e leis particulares imbricando-se umas nas outras e regendo assim a totalidade que é uma sociedade real.

Deste modo, sendo impensável supôr que uma transformação qualitativa desta profundidade poderia existir sem agudos problemas, sem dificuldades de natureza e vastidão variáveis, apon-

tamos para a perspectiva com que referiremos as dificuldades mais significativas que se podem diagnosticar no caso português.

Por outro lado em semelhante situação histórica seria mais difícil do que em qualquer outra tentar uma leitura teórica que se deixasse amarrar estritamente às estruturas económicas, uma vez que em tais casos a interpenetração e o poli-condicionalismo recíproco entre as determinantes económicas — não obstante serem as essenciais — e as demais apresenta-se cada vez mais nitidamente.

As observações que se vão seguir regem-se pela delimitação metodológica que concentra a atenção para as determinantes económicas estruturais que o povo português enfrenta nesta encruzilhada do seu destino; mas tendo em conta aquilo que se acaba de reconhecer não implica qualquer ecletismo introduzir a referência a uma ou outra grande condicionante extra-económica, tendo em consideração o seu papel central em todo este processo extremamente complexo.

Ora, para se compreenderem as dificuldades que a transição ao socialismo coloca à sociedade portuguesa tendo em conta as estruturas essenciais existentes, há que pelo menos chamar a atenção para os aspectos centrais caracterizadores dessas estruturas, bem como para reais especificidades que intervêm poderosamente neste processo e cujo conhecimento é indispensável para se entender aquilo que se passa em Portugal.

Começariamos por recordar um punhado de indicadores empíricos como introdução panorâmica ao entendimento da vida económica portuguesa. E afim de melhor se apreender aquilo que eles poderão significar dentro dos seus limites estreitamente gerais recordaremos os indicadores semelhantes relativos a Espanha. Eles só por si dão a entender que herdamos do regime deposedo em “25 de Abril” de 1974 a economia mais atrasada da Europa e, no confronto, permitirão aos nossos amigos de Espanha aperceber-se da existência a este nível geral dum fôssio no estágio de desenvolvimento das nossas economias.

Reportando-nos ao ano de 1972 verificamos que, expresso em dolares, o Produto Interior Bruto por habitante não passava em Portugal de 780, ao passo que em Espanha atingia 1.300; a formação bruto de capital fixo/habitante entre nós atingia 130 e em Espanha 270. (Recordemos que tomando o país mais industrializado da Europa Occidental, a Republica Federal da Ale-

manha, essas cifras atingiam respectivamente 4.180 e 1.090 dólares). Se tomarmos alguns indicadores aritméticos simples representativos de consumos (em 1971) o número médio do consumo de proteínas animais em gramas seria de 32 em Portugal, de 41 em Espanha e de 58 na R. F. da Alemanha; quanto ao consumo de KW/h., também anualmente e por 1.000 habitantes, encontramos 884 entre nós, 1.559 em Espanha e 4.092 na R. F. da Alemanha; o número de alguns bens de consumo duradouro representativos de níveis sociais e culturais actuais também traduz a mesma situação —por 1.000 habitantes havia em 1971 92 telefones em Portugal, 151 em Espanha, 249 na R. F. Alemanha, 74 automóveis de turismo no nosso País, 82 em Espanha, 240 na R. F. Alemanha e 49 televisores aqui, 132 em Espanha, 299 na R. F. Alemanha.

Porém estas indicações estão muito longe de revelar a situação real do povo português tanto em termos absolutos como relativos. Há que atingir as verdadeiras estruturas do sistema económico português que constituem a autentica raiz viva da situação real, ao mesmo tempo que somente esse esclarecimento permitirá rectificar os próprios indicadores aritméticos simples.

Se quisermos salientar alguns dos mais característicos traços dessas estruturas sublinhariamos pelo menos os seguintes:

1.º A acumulação capitalista em Portugal efectuou-se (já antes do regime instaurado em 28 de Maio de 1926 que veio institucionalizar e centralizar toda a política na exacerbação dessa tendencia) com base no congelamento dos níveis salariais abaixo das próprias possibilidades técnico-económicas do sistema.

2.º Esta prática revelou-se uma das principais contradições —talvez a principal— do desenvolvimento da economia capitalista em Portugal: por um lado restringia o mercado interno, cuja esmagadora maioria é constituída pelas diversas camadas da população trabalhadora; porém, mais grave do que isto, tal estrangulamento, ao permitir ao capital uma acumulação fácil de lucros, desarmou o sistema para o progresso técnico-económico. E isto, sapando a expansão da industrialização (que só conheceu um certo surto relativo entre os anos "50" e 1967/8), impediu uma verdadeira industrialização que conteria na sua lógica interna a criação de novos postos de trabalho para a população crescente segundo a expansão demográfica natural.

3.º Com esta situação combinou-se uma estrutura agrária terrivelmente distorcida: para o Sul do Tejo uma organização latifundiária das mais agudas da Europa, herança da transferência de regime feudal que a burguesia entre 1834 e 1860 não corrigiu antes pura e simplesmente chamou a si, com uma concentração que viria a acentuar-se depois. Simultaneamente, voltando-se toda a política económica para a defesa e alargamento dos interesses dos grandes proprietários rurais, com a burguesia industrial e bancária numa primeira fase e a burguesia financeira, depois, graças a fusão acelerada do capital industrial e bancário, os pequenos e médios agricultores foram profundamente atingidos, tanto mais que a política agrária, com ressalva dos interesses latifundiários, foi posta ao serviço dos grupos do capital industrial e bancário (por exemplo na imposição de preços aos produtos agrícolas de amplo consumo abaixo dos custos afim de conter os salários industriais e de favorecer a acumulação capitalista), ao mesmo tempo que se desenvolvia uma rede monopolizadora do comércio grossista.

Daí que o panorama recebido no "25 de Abril" revelasse aspectos como estes: menos de 1,2 % do número de proprietários rurais possuía mais de metade da terra; e alargando um pouco o critério de grande proprietário, 3 % do seu número ocupando perto de 65 % da terra; que as explorações agrícolas com menos de 0,5 hectares representam 23,1 % do número total mas só ocupam 0,8 % da superfície; que a produtividade agrícola é irrisória, ao mesmo tempo que em montantes absolutos a produção agro-pecuária se torna crescentemente insuficiente para abastecer o país — há alguns anos atrás, por exemplo, a produção em 100 K./Hectare em Portugal comparado com a Europa andava em torno de metade, de um terço ou ainda menos com raríssimas excepções — trigo, 6,0 aqui, 22,4 na Europa; milho, 11,9 e 29,9 respectivamente; feijão, 1,4 e 2,7; batata, 92,0 entre nós e 174,0 na média europeia; do mesmo passo, enquanto por exemplo no decénio 1957/1967 nos países de C.E.E. a produção agrícola global aumentou 73 %, em Portugal esse aumento não passou de 32 %; daí que uma simples melhoria ligeira dos consumos populares de alimentos implique um recurso enorme a importações — elas andaram em torno de 13 milhões de contos em 1973 e excederam 20 milhões em 1974...

4.º Outra característica fundamental da economia portuguesa assenta num elevadíssimo grau de monopolização realizado com base na concentração de capitais a partir duma superexploração da força de trabalho e duma política económica oficial levada a cabo neste sentido ao longo de 48 anos com uma pertinência total, sob reserva dum certo “compromisso histórico” entre o capital industrial, bancário e financeiro e os grandes agrários, no qual a dinâmica do sistema a partir da década de 1950 começou a dar maior força relativa ao capital financeiro.

Porém fenómeno do elevadíssimo grau de monopolização tem ainda de ser interpretado em combinação com o sistema económico em que operou — um sistema económico de capitalismo relativamente atrasado (atrasado no contexto de toda a Europa Occidental) e que, simultaneamente, não é do mesmo tipo da estrutura económica que se costuma designar pela expressão eufemística de “países subdesenvolvidos”. É dessa concentração indício esclarecedor o facto de mais de 80 % da população receber menos de metade do produto interno ou, dito noutros termos, às classes que vivem do seu trabalho cabe cerca de metade do Produto Interno, enquanto as classes empresariais controlavam outro tanto, situação que permitiu a estas últimas chegar a uma situação em que, expresso em valores deflacionados, puderam triplicar a massa dos seus rendimentos anuais em confronto com a posição de que desfrutavam vinte anos atrás. Daí que menos de dúzia e meia de grandes famílias constituíssem o centro doutros tantos impérios financeiros-monopolistas agrupando em geral um banco e dezenas ou centenas de sociedades cobrindo os mais diversos sectores económicos (indústria, transportes, comercialização, etc.) — o que também se conclui da estrutura das sociedades comerciais: 0,4 % do seu número possuía 53 % do capital total.

5.º Esta situação geral atirou desde os começos da década de “1960” uma enorme parte da população, agudizando simultaneamente os porfundíssimos desequilíbrios regionais internos, ao mesmo tempo que o sistema económico nem assim conseguia criar postos de trabalho para a população que “resta” — Mais de milhão e meio de emigrantes nos últimos doze anos, para uma população total que seria inferior a 10 milhões; população presente no país diminuiu em termos absolutos, ao mesmo tempo que o desemprego abrangeria perto de 100.000 trabalhadores

num população activa total inferior a 3 milhões de indivíduos.

6.º A partir de 1961 é o começo das lutas em África que iriam implicar a existencia de três guerras coloniais com as suas enormes consequências humanas, económicas e políticas. Nas condições do sistema económico que se procurou descrever, essas três guerras, travadas a milhares de quilómetros do país, custaram 136 milhões de contos (mais de 272 biliões de pesetas), implicaram um enorme agravamento da dívida pública (de 17 para 52 milhões de contos, parte dívida externa), agravamento enorme de carga tributária incidindo fundamentalmente sobre os trabalhadores (crescimento relativo importante dos impostos indirectos, aumento do imposto global por habitante, que quadruplica nesses treze anos), contribuíram (adicionando-se à inflação estrutural do sistema) para a agravar extraordinariamente pois no penúltimo ano do regime deposedo no "25 de Abril" a taxa de inflação teria andado em torno de 21 % para atingir perto de 31 % entre Abril de 1973 e Abril de 1974.

Além disso o aspecto humano — à volta de 200.000 jovens emigram para fugir a servir de carne de canhão na luta contra a independencia dos povos da Guiné-Bissau, de Angola e de Moçambique; essas guerras causavam 8.000 mortos, 28.000 feridos, algumas dezenas de milhares de estropiados. Crescia rapidamente a consciencia do carácter profundamente injusto das guerras que o regime impunha ao Exército Português.

7.º Enorme aceleração da dependencia em relação ao estrangeiro — Dependencia antes de mais nada traduzida na política de atracção indiscriminada de capitais estrangeiros: duma parte sectores importantes vieram a ficar sob controlo desses capitais implantados tanto por investimentos directos vindo dos países de origem como, em parte muito importante, através do próprio recurso ao crédito bancário comercial interno português; doutra parte grande parte desses investimentos não se integrou no sistema económico, colam-se-lhe artificialmente na medida em que são parte de circuitos produtivos exteriores à economia nacional (componentes electrónicos, por exemplo) ou constituem meros aproveitamentos de mão de obra barata para exportação com um grau de intensidade de capitais aplicados que por isso é mínimo (por exemplo indústrias de confecções de peças de vestuário), etc.

Dependencia que tecnologicamente é praticamente total. Dependencia que pode revestir características à primeira vista insuspeitadas. É o que sucede com a dependencia resultante das estruturas patológicas criadas, nomeadamente no que respeita às poupanças enviadas pelos emigrantes portugueses no estrangeiro, cujo grosso se concentra em França e na República Federal da Alemanha — 22 milhões de contos em 1973, à roda de 32 milhões em 1974; tais remessas, numa economia tão profundamente “patologizada”, são indispensáveis imediatamente para evitar uma crise de meios de pagamento externos mas dependem de factores que escapam a qualquer política económica do próprio país (dependem nas suas oscilações, de muitos factores incluindo o nível de emprego nos países em que os emigrantes labutam).

Estes são sem dúvida alguns dos aspectos mais salientes das enormes dificuldades herdadas pelo Povo Português na manhã triunfante da gloriosa revolta dos “Capitães de Abril”.

Se a isto juntarmos que este acontecimento histórico coincidiu (e não por certo duma maneira totalmente casual) com a grave crise económica do mundo capitalista, crise que aliás vindo a agravar-se desde finais de 1973 continuou e continua a aprofundar-se; se a isto adicionarmos que devido por um lado ao carácter especulativo, sem bases económicas de muitas empresas fazendo-as soçobrar devido à agudização das dificuldades económicas e levando à intervenção crescente dos trabalhadores e por outro, ao facto de muitos grandes capitalistas terem entrado, logo após o “25 de Abril”, pela via do ataque político ao novo regime através do boicote e da sabotagem económica, impondo com uma lógica férrea e elementar (a partir das exigências da sobrevivência material de dezenas e de centenas de milhares de trabalhadores) que a classe operária chamasse a si o autocontrole de numerosas empresas, então compreender-se-ão as determinantes mais fundas da evolução portuguesa; com isso se compreenderá também que esta situação histórica não foi nem podia ter sido criada pela simples acção deste ou daquele partido político, desta ou daquela organização política, sindical, ou outra qualquer — Na sua explicação encontra-se o ponto de confluência de linhas históricas duma profundidade determinante; Sustentar o contrário só pode resultar do desconhecimento da realidade ou duma preocupação interessada tão absurda como

a de quem pretendesse “afogar um peixe”... Não se trata de afirmar, naturalmente, que para a presente linha de evolução portuguesa não existissem materialmente quaisquer linhas alternativas. Trata-se de afirmar que face ao condicionalismo objectivo mais elementar em que se encontra a sociedades portuguesa qualquer outra alternativa possível implicaria um preço tão elevado para as camadas trabalhadoras que só a negação dos interesses próprios mais elementares lhes permitiria aceitar outra saída. E trata-se, por fim, de sublinhar que certas vias alternativas propostas do exterior (ou mesmo do interior) só resultam do desconhecimento da realidade portuguesa. É o que sucede, por exemplo, com os modelos de sociedades europeias como a sueca ou a britânica por exemplo — Não se trata de opção ideológica — O que existe aqui é a impossibilidade material de seguir tais figurinos, mesmo que individualmente se lhes fosse dada a preferencia... Neste aspecto o caso português constitui por certo “um exemplo exemplar”!

Enfrentamos uma difícil situação em que ocupamos a placa giratória na qual confluíram a crise histórica multiseular derivada do papel negativo da exploração colonial desde o século XV, pois chegou a altura de “os portugueses regressarem a casa”, uma casa que está enormemente empobrecida e desarrumada decorrendo da aguda acentuação de todo esse processo ao longo dos últimos 48 anos, grande parte dos quais passados sob os auspícios do irreprimível processo mundial de liquidação do colonialismo combinado com política de concentração monopolista desenvolvida neste meio século. Uma placa giratória em que desagua ainda a crise capitalista mundial bem como os actos da contra-revolução desencadeados pela lógica do próprio processo de transformação da sociedade portuguesa. Tal crise revela-se nomeadamente nos graves problemas económicos de resolução urgente. Eles manifestam-se, por exemplo, numa taxa de desemprego superior a 8 % (mais de 200.000 trabalhadores), na agudização constante do “deficit” da balança comercial que passou de 29,4 milhões de contos em 1973 para 55,6 milhões no ano de 1974; na circunstância de estando a viver o país acima dos seus recursos próprios se agravar cumulativamente o deficit da balança de pagamentos (ter-se-iam perdido o ano transacto 16 milhões de contos de reservas e perto de 10 milhões nos primeiros quatro meses do corrente ano de 1975). Uma crise

que surge com uma enorme agudeza no sector agro-pecuário (as importações de géneros agrícolas em 1974 excederam os 20 milhões de contos, isto é, mais de 40 biliões de pesetas); defrontamos uma situação em que simultâneamente há que realizar a reforma agrária (a reforma que a burguesia nacional nunca levou a cabo, podendo mesmo dizer-se que realizou uma “anti-reforma agrária”); e há que conduzi-la urgentemente em condições de certa complexidade, visto que sendo mais fácil no Sul devido ao largo predomínio do latifúndio se apresenta estruturalmente mais complexa no Centro e Norte, onde domina o minifúndio. Existe também uma forte contracção dos investimentos agudizando a depressão. Vivemos sob o quadro de fundo duma forte dependencia do exterior agravada pelo regime de posto (ocupação de importantes actividades económicas pelas empresas multinacionais, comércio externo concentrado num reduzido leque de países compradores e de origem das nossas importações, quase total subordinação a um estreito número de grupos externos em tecnologia e “know-how”, etc.). A inflação continua a afligir as classes trabalhadoras, rondando a taxa de 20 % a 22 %, muito embora o regime democrático tenha conseguido já reduzi-la substancialmente.

Mas as dificuldades da transformação histórica da sociedade portuguesa não são meramente económicas, apesar de a batalha económica constituir actualmente o centro decisivo da defesa da revolução. Elas manifestam-se no plano ideológico, onde meio século de propaganda maciça não pode dissolver-se dum dia para outro.

Acresce que o próprio dinamismo do processo coloca questões políticas e sociais; uma “revolução de cravos” origina também problemas, muito embora sejam problemas que vale a pena enfrentar pois trata-se de defender as mais amplas liberdades individuais, de respeitar a integralidade da pessoa humana, abrangendo um conjunto de valores que, sendo o objectivo supremo da transformação, exigem antes de mais nada libertar da miséria económica, condição material mínima ao florescimento do homem. E isto não resulta dum humanismo especulativo ou piegas — é a expressão dos interesses mais elementares das massas trabalhadoras.

A rapidez do avanço do processo, resultando duma funda e crescente aliança entre o movimento popular de massas e o

“Movimento das Forças Armadas”, origina a cada passo desfassamentos. É assim que da fase da luta reivindicativa dos trabalhadores, uma luta essencialmente “economieista” contra a exploração se está passando a uma luta na qual os objectivos dos trabalhadores passam a mover-se num plano muito mais elevado, a partir do seu próprio auto-domínio crescente do sistema económico; esta transformação exige uma clara consciencia política de classe. O avanço do processo exige que começando a manifestar-se a capacidade de direcção económica e política práticas em destacamentos mais esclarecidos, se generalize rapidamente. É a isto que assistimos neste momento, quando este processo tendo nascido particularmente no Sul, tanto no sector industrial como agrícola, tende a alargar-se sob a consigna da “batalha da produção”. É que a despeito das grandes dificuldades económicas que enfrentamos, como de resto sucede na generalidade das crises históricas estruturais, só a intervenção directa dos trabalhadores, o seu auto-controlo do sistema económico a todos os níveis, permitirá dominá-las. E nestas condições é indubitável que a crise económica será vencida. Será vencida a despeito dos obstáculos que a cada momento lhe têm sido opostos — empresas que sabotam ou boicotam a produção, recusando encomendas, deixando esgotar os “stoks” de matérias primas, não substituindo maquinaria e peças esgotando ou retirando os fundos financeiros; fugas maciças de capitais para o estrangeiro; grandes proprietários rurais não cultivando totalmente as terras ou deixando morrer o gado à mingua — todos estes tipos de acções têm sido detectados mas a vigilância dos trabalhadores vai permitindo dominar a sabotagem e os boicotes criminosos.

A força das massas populares quando chamam a si uma tarefa patriótica tão decisiva como é aquela que o Povo Português actualmente enfrenta encontra-se sem dúvida alguma à altura de tão difícil missão. Pesem todas as dificuldades que rapidamente se invocaram; a despeito de estar por realizar a profunda revolução cultural indispensável pois neste período de “transição” o sistema ideológico e cultural encontra-se ainda sob controlo das classes privilegiadas existindo uma taxa de analfabestismo que estatisticamente é da ordem de 35 % da população mas de facto muito superior — não obstante tudo isto que só está a ser atacado por enquanto duma maneira altamente

insuficiente e parcelar, existem todas as condições objectivas para o avanço do processo desencadeado em 25 de Abril de 1974, acelerado a partir de 28 de Setembro último e intensificado a partir de 11 de Março passado. A simples invocação destas datas demonstra o extraordinário ritmo a que se processa a transformação da sociedade portuguesa.